

# Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias  
12 de novembro de 2018 - Nº 645 - [www.sindipetrocaxias.org.br](http://www.sindipetrocaxias.org.br)



## Senado aprova regime de urgência para projeto que entrega 18 bilhões de barris do Pré-Sal



O Plenário do Senado aprovou na noite do dia 7 o requerimento de urgência para votação do Projeto de Lei da Câmara 078/2018, que aguardava avaliação de três comissões: Assuntos Econômicos (CAE), Serviços de Infraestrutura (CI) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A Brigada Petroleira que estava mobilizada desde o dia 5 em Brasília, contra a aprovação do texto original do projeto, havia conseguido sensibilizar os senadores para que adiassem por duas semanas a votação do requerimento. Os governistas, no entanto, romperam o acordo que haviam feito com a oposição

e aprovaram o regime de urgência.

Ainda assim, a FUP e seus sindicatos continuarão se mobilizando para tentar evitar os imensos prejuízos que o país amargará com a perda de soberania e as isenções e deduções fiscais às empresas de petróleo que arrematarem as reservas que estão sob o controle da Petrobrás.

O PLC 078 autoriza a venda de 70% dos cinco bilhões de barris de petróleo do Pré-Sal que a estatal adquiriu em 2010 através do Contrato de Cessão Onerosa, cujas reservas excedentes podem chegar a 15 bilhões de barris de óleo e gás. Pelo projeto, esse excedente também poderá ser leilado.

De autoria do deputado federal José Carlos Aleluia (DEM), o texto foi aprovado na Câmara, em junho, também a toque de caixa. Se passar pelo Senado, o PLC 078 permitirá à Petrobras entregar às multinacionais reservas onde já investiu bilhões em sistemas de produção.

Além de colocar em risco todos estes investimentos, o PLC 078 permitirá que as multinacionais sejam beneficiadas com deduções de impostos e royalties referentes aos 15 bilhões de barris excedentes da Cessão Onerosa, que forem leiloados. Segundo estimativas de especialistas, isso significará perdas de R\$ 77 bilhões para os estados e municípios. No caso do Nordeste, haverá uma sangria de R\$ 32 bilhões.

O Projeto também prevê que, ao contrário do que hoje é praticado para a Petrobrás, as multinacionais que assinarem os contratos de exploração do excedente do Pré-Sal não tenham limites de extração, podendo, inclusive, explorar áreas que não foram devolvidas pela estatal. Outro ponto do PLC 78 criticado pelos petroleiros é a dispensa de licitações nos consórcios da Cessão Onerosa que forem operados pela Petrobrás, o que contraria Lei das Estatais. [FUP]

## Brigada garante Fundo Social e recursos para estados e municípios

Os diretores da FUP e dos seus sindicatos, que vêm se mobilizando no Congresso Nacional contra o PLC 078/2018, foram preponderantes para um debate travado esta semana no Senado que garantiu recursos de mais de US\$ 570 bilhões para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). Junto com a bancada de senadores do PT e de outros partidos da oposição, os petroleiros conseguiram alterações importantes em uma Emenda ao Projeto de Lei do Senado 209/2016 (relacionado à regulação do setor elétrico), que cria o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e Escoamento da Produção (Brasduto), vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

O texto original da Emenda previa que 20% do Fundo Social do Pré-Sal fossem destinados para financiar a



ampliação do sistema de dutos de gás natural visando a cobrir todas as capitais do país. A interlocução dos petroleiros junto aos senadores garantiu que o fundo social fosse preservado e que 30% do óleo lucro dos contratos de partilha do Pré-Sal sejam aplicados nos estados e municípios. O PLS 209/2016 segue agora para análise na Câmara dos Deputados Federais.

O líder do PT no Senado, Lindbergh Farias, apresentou a proposição, garantindo a sua aprovação. “Estamos falando de valores superiores a 570

bilhões de dólares, que seriam destinados aos banqueiros pelo governo para pagamento de juros da dívida pública e que agora serão destinados para investimentos sociais nos estados e municípios”, explica o diretor da FUP, Leonardo Urpia, que coordenou a brigada petroleira em Brasília nesta última semana.

Ele ressalta que a Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos públicos por 20 anos, impede que os recursos do Fundo Social do Pré-Sal sejam destinados, para a saúde e a educação, já que ultrapassaria o teto estabelecido. “Ao garantirmos que parte do óleo lucro seja revertida para os estados e municípios, estamos contribuindo para que estes recursos sejam investidos em saúde, educação e outras políticas públicas”, afirmou o petroleiro. [FUP]

# Petrobrás quer discutir mudanças estruturais no regramento da PLR

[FUP]



Em reunião com a FUP dia 7, a Petrobrás apresentou os principais pontos que pretende discutir com as entidades sindicais sobre uma nova metodologia de regramento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). O atual acordo pactuado com a FUP e seus sindicatos tem validade até 30 de março de 2019, mas, segundo a

Petrobrás, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) estabeleceu prazo até o final de novembro para que as estatais apresentem indicadores e metas para a PLR referente ao exercício de 2019.

Alguns dos tópicos pautados pela Petrobrás na reunião alteram profundamente a metodologia e os indicadores aprovados pelos trabalhadores em 2014. A empresa quer, por exemplo, discutir conquistas importantes, como a antecipação do pagamento e a garantia de participação nos resultados quando não houver lucro. Além disso, os gestores pretendem incluir o sistema de consequências no processo de discussão da nova metodologia.

No que diz respeito aos indicadores, a Petrobrás propõe conciliar metas que já foram aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa e as novas orientações estabelecidas pela SEST, como indicadores de produtividade e de política pública. A FUP questionou as intenções da empresa e afirmou que esse debate não pode ser feito de forma açodada, destacando que o pagamento da PLR é garantido por Lei e que as resoluções e orientações da SEST não podem se sobrepor à legislação.

Novas reuniões para tratar deste tema serão agendadas para as próximas semanas.

# Comissão aprova proposta que susta norma sobre planos de saúde de estatais

A medida está prevista no Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 956/18, da deputada Erika Kokay (PT-DF). Segundo a autora, além de reduzir a participação das estatais no custeio dos chamados planos de autogestão, a resolução 23/18 desrespeita o direito à livre negociação e tem foco na privatização dos convênios dos empregados públicos.

Segundo a resolução, a contribuição da empresa estatal para o custeio do benefício de assistência à saúde não poderá exceder a contribuição dos empregados. A deputada avalia que a resolução desrespeita a Lei dos Planos de Saúde (9.656/18) e a Lei 9.961/00, que criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar

(ANS). A mesma avaliação é feita por trabalhadores de empresas públicas, como Caixa, Correios e Petrobras.

O relator, deputado Ronaldo Nogueira (PTB-RS), concordou com a proposta da deputada e disse que a resolução prevê o direito adquirido, mas não estabelece quando esse direito começa a existir, dando margem para variadas interpretações e gerando insegurança jurídica.

“É inquestionável, portanto, a necessidade de que sejam sustados os efeitos da resolução, dada a inadequação e os prejuízos aos empregados das empresas estatais federais, além da evidente ilegalidade e inconstitucionalidade”, disse.



Os planos de autogestão atendem a 4,7 milhões de usuários no País, dos quais 3 milhões são empregados de estatais.

A proposta será ainda analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois seguirá para o Plenário.

# Resultados da Petrobrás comprovam que crise era conjuntural e não estrutural



Beneficiada por indicadores externos, como a valorização dos preços do barril de petróleo e a subvenção do diesel pelo governo federal, a Petrobrás fechou o terceiro trimestre de 2018 com um lucro líquido de R\$ 6,64 bilhões. Apesar do valor ter caído 34% em relação ao trimestre anterior, quando a empresa registrou R\$ 9,7 bilhões de lucro líquido, a Petrobrás já acumula R\$ 23,6 bilhões de lucro em 2018. Os resultados positivos da empresa são reflexos, principalmente, do aumento de 81% do preço do barril do petróleo, registrado entre os terceiros trimestres de 2017 e de 2018.

“Como vínhamos avisando, a crise pela qual a Petrobrás passou foi eminentemente conjuntural e não estrutural, como alegavam os gestores e o mercado para justificar as privatizações”, afirma o coordenador da FUP, José Maria Rangel. “O caminho para a recuperação da empresa é retomar os investimentos e não o contrário. Os resultados da companhia refletem isso”, destaca.

O lucro da Petrobrás neste terceiro trimestre poderia ter sido maior, não fossem os R\$ 3,5 bilhões que a empresa despendeu com os acordos judiciais firmados em 27 de setembro com as autoridades dos Estados Unidos para encerrar investigações do Departamento de Justiça (DOJ) e Securities & Exchange

Commission (SEC).

Assim como no trimestre anterior, o resultado da companhia também foi impulsionado pela ampliação da sua participação no mercado de derivados (o volume de vendas aumentou 2,9%), principalmente em função do subsídio do diesel. “Com o preço subsidiado, a Petrobrás ocupou o espaço das importadoras de derivados e, por outro lado, recebeu um montante compensatório de subvenção na ordem de R\$ 1,6 bilhão neste terceiro trimestre”, explica Rodrigo Leão, diretor técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Ineep).

Outro fator que tem sido determinante para os resultados positivos da Petrobrás é a alta produtividade do Pré-Sal, que, em setembro, atingiu a marca de 1,783 milhão de barris de óleo equivalente por dia, o que já representa 55,8% de toda a produção brasileira. Não à toa, o segmento de Exploração e Produção (E&P) da empresa registrou lucro operacional de R\$ 12,3 bilhões no terceiro trimestre, um aumento de 190% em relação ao mesmo período de 2017.

Só o E&P consumiu 89% dos R\$ 32,3 bilhões de investimentos feitos pela Petrobrás ao longo dos três trimestres do ano. Neste terceiro trimestre, os investimentos do setor cresceram 39%, retomando a um patamar próximo ao do

terceiro trimestre de 2015. Para Rodrigo isso reflete a intenção da empresa em acelerar a produção do Pré-Sal. Ele, no entanto, alerta que, apesar do potencial destas reservas, “a produção de petróleo e LGN diminuiu 5% em relação ao segundo trimestre de 2018, principalmente pela cessão dos direitos de parte de Roncador”.

Mesmo com a desaceleração dos desinvestimentos, a Petrobrás já acumula R\$ 16,8 bilhões em vendas de ativos neste ano. “Precisamos saber se, apesar do Pré-Sal, a trajetória declinante da produção reverterá de forma estrutural o ciclo de queda dos investimentos”, destaca o diretor técnico do INEEP. Outra dúvida que, segundo ele, precisa ser esclarecida é se a maior participação da Petrobrás no mercado de derivados é artificial, já que a companhia foi altamente beneficiada pela política de subvenção do diesel.

O fato é que os resultados positivos deste terceiro trimestre demonstram que a Petrobrás tem plenas condições de ampliar seus investimentos, aumentar a produção e coordenar o mercado de derivados brasileiros, como defendem a FUP e seus sindicatos. “Cabe esperar os próximos resultados da companhia para avaliar se a retomada dos investimentos, principalmente no E&P, é um fenômeno estrutural ou conjuntural”, ressalta Rodrigo.

[FUP]

## PCR DA TRANSPETRO: última chamada para resistência

Tendo em vista que estamos na última semana dada pela empresa para a categoria da Transpepro decidir pelo destino do seu cargo, a direção do Sindipetro Caxias pede para que reflitam bem nos seguintes pontos já conversados. 1- Seu cargo original do concurso público será extinto com a adesão ao PCR, logo seu departamento poderá futuramente não existir

mais com funcionários próprios. 2- A adesão ao PCR significara para empresa que você concorda com a reforma trabalhista, pois está avançando em um dos pontos que é a aceitação do acordo individual. 3- A empresa terá ao final desta campanha um panorama nacional dos que seguem as suas propostas e aqueles que seguem as orientações do Sindicato, e sendo assim poderá

acirrar no próximo ACT a retirada de direitos conquistados que para a atual conjuntura é considerado privilégios, comparado a outras categorias. Não se deixe enganar, pois o pacote neoliberal está completo e agora será fomentado por um governo sem histórico de luta pro trabalhador, então neste momento só nos resta resistir e não ceder a vontade da empresa.

## Ação de parada de manutenção

A assessoria jurídica do Sindicato ainda está recebendo os documentos da execução da ação de Parada de Manutenção.

A ação contempla todos os petroleiros que trabalharam na Parada Geral Programada da REDUC, realizada nos dias 14 de junho de 2013 a 20 de agosto de 2013.

Os documentos devem ser entregues de segunda à sexta-feira, na secretaria do Sindipetro Caxias (rua José de

Alvarenga, 553, centro, Duque de Caxias) de 9h às 18h.

É necessário apresentar todos os contracheques e folha de ponto de um mês antes da parada, os da parada e um mês após a parada de ambos, além da cópia da identidade, CPF, FRE, DIP ou qualquer outro documento de convocação para a parada. Os documentos deverão ser impressos. Em momento oportuno será informado o valor do pagamento do cálculo.

## Petrobrás atrasa pagamento da PLR

Mais de 175 petroleiros que trabalharam em 2017, mas se aposentaram, ainda não receberam o pagamento da PLR 2017, de acordo com documento enviado à Federação Única Dos Petroleiros hoje (06/11).

Segundo a empresa, o atraso se deu devido a problemas que demandam análise individual e liberação

manual de cada pagamento, que deve ser concluído até o final deste mês.

Para os trabalhadores que desejam entrar em contato com o departamento de Recursos Humanos, está disponível o telefone 0800-287-2267.

O Sindicato continuará cobrando para que seja solucionado o problema.

## COM EXTINÇÃO DO MTE, TRABALHADOR VAI VIRAR REFÉM DO PATRÃO

O anúncio do fim do Ministério do Trabalho a partir do ano que vem, feito pelo presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) na quarta-feira (7), foi criticado pelas principais centrais sindicais do Brasil. Em notas, as entidades alertam que a ação é uma continuidade da “agenda regressiva” iniciada com Michel Temer, além de ampliar as ameaças aos direitos trabalhistas.

A medida aprofunda ainda mais a precarização do trabalho no país, com graves prejuízos à fiscalização e combate ao trabalho análogo ao escravo e ao trabalho infantil, afirma o

presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), Adilson Araújo.

De acordo com o dirigente, a função do ministério, criado há 88 anos, tem valor histórico na regulação das relações entre capital e trabalho, dando protagonismo ao diálogo para dirimir conflitos. “Se com o ministério a luta já é grande contra as arbitrariedades no mundo do trabalho, sem a instituição perde-se, lamentavelmente, o espaço de diálogo social e de criação de políticas públicas de emprego e de suporte ao trabalhador e trabalhadora brasileiros”, lamenta Adilson.

Já a Força Sindical diz



que os trabalhadores “não podem se calar”, já o Ministério do Trabalho foi importante no avanço das relações de trabalho. “Queremos o Ministério do Trabalho e Emprego forte, parceiro e protagonista na luta contra a recessão e pela retomada do crescimento econômico do País, com respeito aos direitos sociais, previdenciários

e trabalhistas da classe trabalhadora, geração de empregos, distribuição de renda e inclusão social”, afirma Miguel Torres, presidente da Força.

Em nota, a CUT afirmou que “fechar um espaço institucional, em nível de governo, de discussão, balizamento e regulação das relações capital-trabalho significa fechar um canal de expressão dos trabalhadores”.